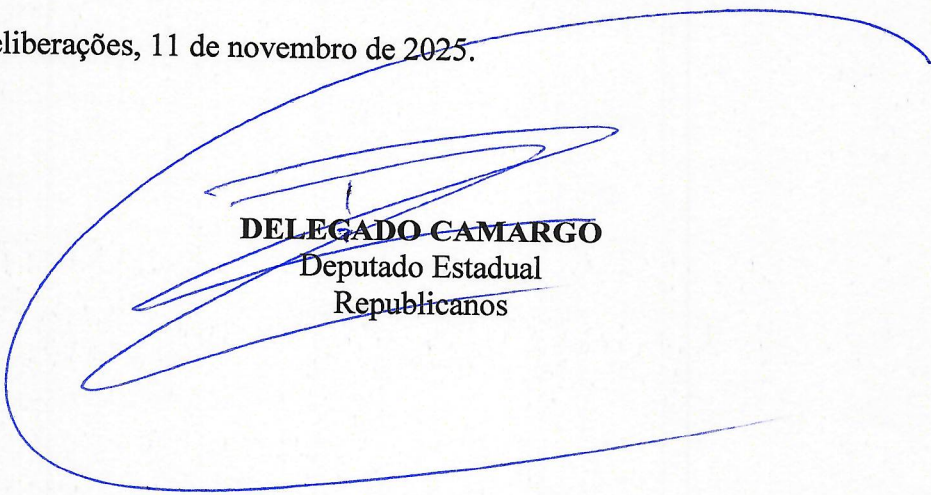


PROTOCOLO	<div>Estado de Rondônia Assembleia Legislativa 18 NOV 2025 Protocolo: 1307/25</div>	PROJETO DE LEI ORDINÁRIA	Nº 1214/25
	AUTOR : DEP.DELEGADO CAMARGO - REPUBLICANOS		
<p>Revoga integralmente a Lei n. 2.899, de 27 de novembro de 2012, que dispõe sobre a proibição do uso de celular em instituições financeiras no âmbito do Estado de Rondônia.</p> <p>A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, decreta:</p> <p>Art. 1º. Fica revogada integralmente a Lei n. 2.899, de 27 de novembro de 2012, que dispõe sobre a proibição do uso de celular em instituições financeiras no âmbito do Estado de Rondônia.</p> <p>Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.</p> <p>Plenário das Deliberações, 11 de novembro de 2025.</p> <div> DELEGADO CAMARGO Deputado Estadual Republicanos</div>			

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI ORDINÁRIA	Nº
	AUTOR : DEP.DELEGADO CAMARGO - REPUBLICANOS		
JUSTIFICATIVA <p>A Lei n. 2.899/2012 foi editada em um contexto em que se acreditava que o uso de telefones celulares no interior de instituições financeiras facilitava a atuação de criminosos, por supostamente permitir repasses imediatos de informações a comparsas do lado de fora das agências.</p> <p>Passados mais de 12 anos, o cenário tecnológico e de segurança evoluiu profundamente, tornando a norma ultrapassada e, em muitos casos, prejudicial ao próprio consumidor.</p> <p>Hoje, praticamente todos os serviços bancários dependem de autenticação via celular: comprovantes digitais, tokens de segurança, validação via aplicativos, operações via PIX, autorizações com biometria facial no próprio celular. Logo, impedir o uso do aparelho dentro da agência impede o cidadão de realizar operações seguras e eficientes.</p> <p>Não há evidências de que a proibição de celulares reduzirá crimes bancários, tendo em vista que as instituições financeiras modernizaram seus sistemas de vigilância, sendo que o uso de câmeras internas se multiplicou, bem como o monitoramento se tornou totalmente digital e automatizado, tornando ineficaz o fundamento original da lei.</p> <p>O uso do celular é parte essencial da inclusão financeira. A proibição impacta desproporcionalmente quem mais precisa de acessibilidade. Nenhuma resolução federal veda o uso de telefone celular no interior de agências. Trata-se de norma estadual anacrônica e que restringe direito do consumidor sem necessidade.</p> <p>Diante de tais motivos, solicita-se o apoio dos nobres Parlamentares para aprovação desta proposição.</p>			